

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

(928847)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de materiais de expediente diversos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 94.063,03

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 8 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MODELO DE EDITAL



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARÁI
Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão
Avenida Joaquim Guará, 2801, Centro,
Guarái-TO / CEP: 77700-000
antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br
63 3464-1817

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026.

(Processo Administrativo nº 2026/27009/075046)

Torna-se público que a ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO, sediada na Avenida Joaquim Guará n.º 2801 – Centro – CEP 77.700-00, Guarái/TO, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, por intermédio do site comprasnet.gov.br, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, de acordo com o definido no quadro de informações, por intermédio do site estabelecido no quadro de informações. O certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 6.066/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e pelas condições estabelecidas no presente Edital.

A Minuta de Edital e seus anexos foram examinados pela Assessoria Jurídica da Superintendência Regional de Educação da Secretaria da Educação do Estado do Tocantins.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de preços a eventual aquisição de materiais de expediente e pedagógico para atender as necessidades educacionais dos discentes e docentes durante o ano letivo de 2026 da Unidade Escolar **do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão**, no município de Guarái/TO, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. A licitação será conforme descrição do Termo de Referência e no Anexo I do Edital.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observando-se as exigências contidas neste Edital e seus anexos em relação às especificações bens/materiais.

1.5. Na hipótese de divergência entre a descrição do(s) item(ns) registrado(s) no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e as especificações constantes no instrumento convocatório, prevalecerão as disposições do Edital e seus anexos.

1.6. Acompanham este Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I: Termo de Referência;
- b) Anexo II: Proposta de Preços;
- c) Anexo III: Ata de Registro de Preços;
- d) Anexo IV: Minuta de Contrato, e
- e) Anexo V: Declaração Unificada.



2. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 2.1. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para o início da sessão pública via Internet.
- 2.2. O credenciamento será efetuado mediante a atribuição de chave de identificação e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao Sistema Eletrônico no site indicado no quadro de informações.
- 2.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar as transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 2.4. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva do licitante, incluindo qualquer transação efetuada por ele ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou à Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, mesmo que por terceiros.
- 2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser imediatamente comunicadas ao provedor do Sistema para o bloqueio de acesso.
- 2.6. O credenciamento no SICAF permite a participação dos interessados em qualquer licitação na forma eletrônica, exceto quando o cadastro do licitante tenha sido inativado ou excluído, seja por solicitação do próprio credenciado ou por determinação legal.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas para o cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.
- 3.3. O licitante será exclusivamente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, incluindo atos praticados diretamente ou por seu representante. O provedor do sistema, bem como o órgão ou entidade promotora da licitação, não terão responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.4. Os licitantes deverão utilizar certificado digital para acessar o Sistema.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual (MEI), conforme os limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.6. **NÃO PODERÃO** participar desta licitação:
- 3.7. Aqueles que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
- 3.8. Pessoas físicas ou jurídicas impedidas de participar por sanção administrativa imposta na forma da lei;
- 3.9. Licitantes que atuem em substituição a terceiros sancionados, com o intuito de burlar a aplicação da sanção, incluindo controladoras, controladas ou coligadas, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica;
- 3.10. Aqueles que possuam vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público envolvido na licitação ou na gestão do contrato, ou que sejam cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.11. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, conforme definido na Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- 3.12. Pessoas físicas ou jurídicas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham sido condenadas com trânsito em julgado por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou contratação de adolescentes em situações vedadas pela legislação trabalhista;
- 3.13. Agentes públicos do órgão ou entidade licitante;
- 3.14. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição;
- 3.15. Pessoas físicas ou jurídicas cuja participação configure conflito de interesses nos termos do art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.16. Empresas ou pessoas físicas impedidas de licitar e contratar com o Governo do Estado do Tocantins ou outros entes públicos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 6.066/2023;
- 3.17. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, IV e § 5º, da Lei nº 14.133/2021;
- 3.18. Pessoas físicas ou jurídicas proibidas de contratar com o Poder Público por ato de improbidade administrativa, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429/1992;



- 3.19. Empresas ou pessoas físicas em processo de falência, insolvência civil ou dissolução de sociedade.
- 3.20. O benefício de tratamento diferenciado para ME/EPP será limitado às empresas que, no ano-calendário da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem o limite de receita bruta máxima admitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.21. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.22. Em licitações ou contratações financiadas por organismos financeiros internacionais ou agências de cooperação estrangeira, não poderão participar pessoas físicas ou jurídicas que estejam sancionadas por essas entidades ou declaradas inidôneas, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- 3.23. A vedação prevista no item 3.22 estende-se a terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances, bem como de julgamento.
- 4.2. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, além de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega, e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
- 4.5. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, conforme o art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- 4.6. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- 4.7. Cumpre as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social.
- 4.8. Licitantes organizados sob a forma de cooperativa deverão declarar, ainda, que cumprem os requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.9. Fornecedores enquadrados como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverão declarar que atendem aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e estão aptos a usufruir do tratamento favorecido de seus arts. 42 a 49, conforme os §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.10. A marcação do campo “não” resultará na perda do direito ao tratamento favorecido, mesmo que o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- 4.11. Declarações falsas sujeitarão o licitante às sanções previstas no Decreto nº 6.606/2023, no art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.12. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e, caso aplicável, os documentos de habilitação inseridos no sistema.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação de propostas e documentos de habilitação. A classificação ocorrerá apenas após a abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Após a fase de envio de lances, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação serão disponibilizados para acesso público.
- 4.15. Desde que disponibilizada no sistema, o licitante poderá parametrizar seu valor final mínimo ou percentual de desconto máximo ao cadastrar sua proposta, observando as seguintes regras:
- 4.16. Aplicação de intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, tanto intermediários quanto aquele que superar a melhor oferta.
- 4.17. Lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitando o valor final mínimo ou percentual de desconto máximo parametrizado.
- 4.18. O valor final mínimo ou percentual de desconto máximo poderá ser alterado durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor, no critério de julgamento por menor preço;
- b) Percentual de desconto inferior ao lance já registrado, no critério de julgamento por maior desconto.



4.19. É responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo os ônus pela perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de desconexão do sistema.

4.20. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que comprometa o sigilo ou a segurança, solicitando o bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário (XXXXXXXXXXXXXXXXXX) e (XXXXXXXXXX) total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. Descrição dos materiais, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações dos materiais contidas na proposta vinculam a contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar os materiais licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. O Agente de contratação poderá requisitar a licitante que readéque sua proposta, caso está presente alguma inconsistência sanável, desde que não configure alteração na proposta original apresentada.

5.12. Nas propostas de preços com mais de duas casas após a vírgula, o Agente de Contratação realizará o arredondamento “para menos”.

5.13. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

5.14. O processo será encaminhado ao órgão requisitante para análise da equipe técnica e manifestação do Gestor quanto às propostas ofertadas, conforme solicitado no termo de referência e quanto aos preços apresentados.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação ocorrerá automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, previamente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema eletrônico disponibilizará um campo específico para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.



- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados sobre o recebimento e o valor registrado.
- 6.5. Os lances deverão ser ofertados com base no valor unitário de cada item.
- 6.6. Os licitantes poderão apresentar lances sucessivos, respeitando o horário fixado para abertura da sessão e as disposições do Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer um lance com valor inferior ao último registrado por ele no sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo entre os valores dos lances, aplicável tanto aos intermediários quanto à proposta que superar a melhor oferta, está especificado na Tabela de Especificações dos produtos/materiais, constante no Anexo I do Edital.
- 6.9. O licitante poderá excluir seu último lance registrado apenas uma vez, dentro do intervalo de quinze segundos após o registro, caso este seja inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa definido neste Edital.
- 6.11. Para este Pregão Eletrônico, será adotado o modo de disputa "aberto".
- 6.11.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente por mais 02 (dois) minutos sempre que um novo lance for registrado nos dois minutos finais do período.
- 6.11.2. A prorrogação automática será contínua enquanto houver lances durante os períodos de extensão, incluindo os lances intermediários.
- 6.11.3. Na ausência de novos lances conforme disposto no item 6.11.1, a etapa será encerrada automaticamente, com o sistema ordenando e divulgando os lances registrados.
- 6.11.4. Caso a diferença entre a melhor proposta e a segunda colocada seja de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), com o auxílio da equipe de apoio, poderá reiniciar a disputa aberta para definição das demais colocações, conforme os critérios previstos no Edital.
- 6.11.5. Após o reinício da etapa conforme o item anterior, os licitantes serão convocados para apresentação de lances intermediários.
- 6.11.6. Finalizada essa etapa, o sistema divulgará e ordenará os lances conforme descrito no item
- 6.12. Durante a sessão pública, os licitantes terão acesso em tempo real ao valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do ofertante.
- 6.13. Em caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico continuará acessível para o registro de lances pelos licitantes.
- 6.14. Caso a desconexão do Pregoeiro/Agente de contratação persista por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e retomada após 24 (vinte e quatro) horas, mediante comunicação no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.15. Caso o licitante opte por não registrar lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.
- 6.16. Para itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, ao término da etapa de lances, será realizada uma verificação automática junto à Receita Federal para identificar o porte das entidades participantes, aplicando-se os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.
- 6.16.1. Propostas de microempresas e empresas de pequeno porte situadas na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor oferta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.16.2. A melhor classificada dentro do intervalo terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente inferior à melhor proposta anterior, no prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema.
- 6.16.3. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que estejam na mesma faixa de 5% (cinco por cento), respeitando-se a ordem de classificação.
- 6.16.4. Em caso de equivalência entre valores apresentados por microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação das ofertas finais.
- 6.16.5. Empates somente serão admitidos entre propostas idênticas (sem lances subsequentes) ou lances finais nas fases fechada e aberta.
- 6.16.6. Havendo empate entre propostas ou lances, será adotada a seguinte ordem de critérios de desempate:
- 6.16.6.1. Disputa final, com novas propostas apresentadas imediatamente após a classificação;
- 6.16.6.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, utilizando-se registros cadastrais;
- 6.16.6.3. Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- 6.16.6.4. Implementação de programas de integridade, conforme orientações de órgãos de controle;
- 6.16.6.5. Preferência, sucessivamente, para bens/materiais produzidos prestados por:
- Empresas estabelecidas no Estado do Tocantins;
 - Empresas brasileiras;
 - Empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico no Brasil;
 - Empresas que comprovem práticas de mitigação ambiental, conforme Lei nº 12.187/2009.



6.17. Caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo ou abaixo do desconto mínimo estabelecido, o Pregoeiro poderá negociar melhores condições.

6.17.1. A negociação poderá incluir os demais licitantes, respeitando a ordem de classificação, caso o primeiro colocado seja desclassificado.

6.17.2. Negociações ocorrerão por meio do sistema eletrônico, com acompanhamento pelos demais licitantes.

6.17.3. O resultado será registrado e divulgado a todos os participantes.

6.17.4. O licitante melhor classificado deverá enviar, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta ajustada ao último lance registrado, podendo o prazo ser prorrogado mediante solicitação justificada e aceita pelo Pregoeiro.

6.18. Concluída a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento das propostas.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Após a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2023 e no item 3.5 deste Edital. Essa verificação incluirá a existência de sanções impeditivas de participação ou futura contratação, mediante consultas aos seguintes cadastros:

7.2. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

7.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis);

7.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria Geral da União (portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep).

7.5. As consultas serão realizadas tanto em nome da empresa licitante quanto do seu sócio majoritário, em conformidade com a vedação prevista no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

7.6. Caso a consulta indique ocorrências impeditivas indiretas, o Pregoeiro deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas listadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas (conforme IN nº 3/2018, art. 29).

7.7. A tentativa de fraude será analisada por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, entre outros indícios (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.8. O licitante será notificado para manifestação prévia à eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.9. Confirmada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado por não cumprir as condições de participação.

7.10. Caso o licitante tenha utilizado benefícios concedidos às microempresas ou empresas de pequeno porte (ME/EPP), o Pregoeiro verificará a elegibilidade do benefício, conforme os itens 3.6 e 4.5 deste Edital.

7.11. Confirmadas as condições de participação e os benefícios aplicáveis, o Pregoeiro analisará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do(s) bens/materiais e à compatibilidade de preço com os limites estabelecidos no Edital e seus anexos, em conformidade com os artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73/2022.

7.12. **A proposta será desclassificada nos seguintes casos:**

- a) Apresentar vícios insanáveis;
- b) Não atender às especificações técnicas descritas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou superiores ao valor máximo definido;
- d) Não comprovar exequibilidade, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com outras exigências do Edital ou seus anexos, desde que insanáveis.

7.13. Para bens/materiais em geral, preços inferiores a 50% do valor orçado pela Administração são considerados indício de inexequibilidade.

7.14. A inexequibilidade será confirmada após diligência que comprove:

7.15. Que os custos do licitante superam o valor ofertado; e

7.16. A inexistência de custos de oportunidade que justifiquem o valor ofertado.

7.17. Em caso de indícios de inexequibilidade ou necessidade de esclarecimentos, diligências poderão ser realizadas para comprovar a exequibilidade da proposta.

7.18. Para análise de cumprimento das especificações dos bens/materiais, poderá ser solicitada manifestação escrita do setor requisitante ou de área técnica especializada.

7.19. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante com o lance mais vantajoso, por meio do sistema eletrônico, conforme art. 61, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 20, inciso I do Decreto Estadual nº 6.606/2023, objetivando negociar melhor preço, desde que respeitadas as condições previstas no Edital.

7.20. O Pregoeiro poderá negociar com outros licitantes, na ordem de classificação, caso a proposta subsequente seja considerada mais vantajosa.



7.21. As negociações serão realizadas via sistema eletrônico, com acompanhamento público pelos demais licitantes.

7.22. Concluída a análise da proposta e verificada sua aceitação, o Pregoeiro dará início à fase de habilitação do licitante, conforme as condições estabelecidas neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos indicados no Termo de Referência, combinados com as disposições deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de cumprir entregar os bens/materiais da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A documentação relativa à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.3. É de responsabilidade do licitante verificar a exatidão dos seus dados no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis, procedendo à correção ou alteração de informações imediatamente após identificar inconsistências ou desatualizações.

8.4. A habilitação técnica de pessoas jurídicas reunidas em consórcio será realizada pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, enquanto, para a habilitação econômico-financeira, será considerado o somatório dos valores de cada participante.

8.5. No caso de consórcios que não sejam integralmente formados por microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), haverá acréscimo de 10% ao valor exigido para licitantes individuais no critério de habilitação econômico-financeira, conforme estipulado neste Edital e seus anexos.

8.6. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia. Alternativamente, poderão ser substituídos por registros cadastrais emitidos por órgão ou entidade pública, desde que respeitadas as exigências da Lei nº 14.133/2021.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas incluem todos os custos necessários para o cumprimento dos direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Caso ocorra inabilitação, o sistema realizará nova verificação de eventual empate ficto, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando as regras estabelecidas neste Edital para a aceitação da proposta subsequente.

8.9. Caso sejam necessários documentos complementares para confirmar os requisitos exigidos, o licitante será convocado a encaminhá-los digitalmente, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.10. A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas nos documentos apresentados, desde que não alterem sua substância ou validade jurídica. Essa decisão deverá ser fundamentada e registrada em ata, conferindo validade ao ato para fins de habilitação e classificação.

8.11. A comprovação de requisitos somente precisará ser feita com documentos originais não digitais quando houver dúvida quanto à autenticidade ou integridade dos documentos digitais apresentados.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com divergência nos números de CNPJ ou CPF, salvo quando permitido por lei.

8.13. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser emitidos em nome da matriz. Caso o licitante seja filial, os documentos deverão ser emitidos em nome da filial, exceto aqueles que, pela natureza, forem emitidos exclusivamente para a matriz.

8.14. Serão aceitas diferenças nos números de documentos relacionados ao CND e FGTS para matriz e filial, desde que comprovada a centralização do recolhimento das contribuições.

8.15. Se o licitante não cumprir as exigências de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, o pregoeiro avaliará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até que uma proposta esteja em conformidade com este Edital.

8.16. Apenas os documentos de habilitação do licitante que atender ao Edital serão disponibilizados publicamente, após a conclusão do processo.

8.17. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) será exigida apenas no momento da contratação, e não como condição de participação na licitação, conforme o art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

Exigências de Habilitação

8.18. Para habilitação, o licitante deverá comprovar:

8.19. Habilitação Jurídica

8.20. Empresário Individual: Apresentar a inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, junto à Junta Comercial da sede do licitante.



- 8.21. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) com verificação de autenticidade no portal oficial: Gov.br Empreendedor.
- 8.22. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) ou EIRELI: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da Junta Comercial da sede do licitante, acompanhada de documento comprobatório dos administradores.
- 8.23. Sociedade Empresária Estrangeira: Portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e registrada na Junta Comercial do estado onde estiver sediada.
- 8.24. Sociedade Simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas da sede, acompanhada de comprovação dos administradores.
- 8.25. Filiais, sucursais ou agências: Inscrição do ato constitutivo no Registro Público competente, com averbação no Registro da sede matriz.
- 8.26. Sociedade Cooperativa: Estatuto Social, Ata de Fundação e registro conforme o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 8.27. Agricultor Familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP/DAP-P) ou documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar, conforme Decreto nº 10.880/2021.
- 8.28. Produtor Rural: Matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, artigos 17 a 19 e 165.
- 8.29. Os documentos apresentados deverão incluir todas as alterações realizadas ou consolidações válidas.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.30. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual pertinente ao ramo de atividade do licitante.
- 8.31. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, incluindo certidão conjunta da RFB e da PGFN.
- 8.32. Prova de regularidade com o FGTS.
- 8.33. Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa referente à Justiça do Trabalho.
- 8.33. Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual e Municipal.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- 8.34. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Fornecimento de Bens) relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com a aquisição dos bens/materiais da presente licitação;
- 8.35. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 8.36. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.37. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.38. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.39. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos que trata o subitem 8.34. relacionados a aquisição de bens/materiais contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.40. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, vez que, a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI exigido no neste Edital supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.41. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 8.42. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.43. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:



$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Logo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.44. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor total estimado pela Administração para os itens aos quais concorre. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de balanço patrimonial, relativo à data da apresentação da proposta de preços.

8.45. O cumprimento dos índices econômicos estabelecidos neste item deverá ser atestado por meio de declaração assinada por profissional habilitado na área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.46. Empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.47. Os documentos mencionados acima limitar-se-ão ao último exercício financeiro, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.48. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, a apresentação do balanço patrimonial do último exercício financeiro não será exigida para licitantes enquadrados como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), conforme o Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015.

8.49. Para empresas constituídas no exercício social vigente, será admitida a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.50. O microempreendedor individual que pretenda usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº123/2006 estará dispensado de: a) apresentar a prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estaduais e municipais; e b) apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício.

Qualificação Técnica

8.51. A comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/materiais, em características, quantidades e prazos compatíveis com a aquisição desta licitação ou com o item pertinente, será feita mediante a apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.52. Os atestados deverão conter: número do CNPJ da empresa licitante, razão social, endereço do emitente, local e data de emissão, assinatura e identificação do responsável pela emissão.

8.53. O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias para comprovar a autenticidade dos atestados, incluindo, quando solicitado pela Administração, cópias dos contratos que fundamentaram a emissão, endereço atualizado da contratante e local onde os bens/materiais foram entregues, entre outros documentos.

8.54. Serão aceitos atestados ou outros documentos emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução oficial para o português, salvo se houver comprovação de inidoneidade da entidade emissora.

8.55. No caso de apresentação, por licitante, de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, serão adotados os critérios previstos nos incisos I e II do §10 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, caso o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identifique a aquisição dos bens/material por cada consorciado individualmente.

8.56. Para sociedades cooperativas, serão exigidos, como condição de participação no certame, os seguintes documentos complementares:

8.57. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos e que executarão o contrato, acompanhada das atas de inscrição e comprovação de domicílio na localidade da sede da cooperativa, conforme os arts. 4º, inciso XI; 21, inciso I; e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764/1971.

8.58. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) para cada cooperado indicado.

8.59. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução do contrato.

8.60. Registro exigido no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.61. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes pelos cooperados que executarão o contrato.

8.62. Documentação para regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia correspondente; d) editais de convocação das últimas três assembleias gerais extraordinárias; e)



registros de presença em assembleias gerais ou reuniões seccionais dos cooperados que executarão o contrato; e f) ata da sessão que autorizou a cooperativa a aquisição do bens/material da licitação.

8.63. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.64. A apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, que será convocado a enviá-los, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.65. O não atendimento ao item anterior implicará na inabilitação do licitante, salvo se a consulta aos sítios oficiais emissores de certidões realizada pelo Pregoeiro resultar na obtenção das certidões válidas.

8.66. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

8.67. Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos após a entrega daqueles definidos para habilitação, salvo em caso de diligência para:

8.68. Complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que necessária para apuração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.69. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após o recebimento das propostas.

8.70. Empresas estrangeiras sem sede no País deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos neste Edital, conforme regulamentação emitida pelo Poder Executivo Federal.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá atender às seguintes condições:

9.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.4. Informar o prazo de validade da proposta, o prazo de entrega dos materiais e o prazo de validade dos materiais, observando as informações e exigências definidas no Termo de Referência.

9.5. Incluir, para cada item, catálogo ou prospecto, ou documento equivalente, com especificações técnicas da marca cotada, para verificação de compatibilidade com os requisitos estabelecidos.

9.6. A proposta final deverá ser registrada nos autos e servirá de referência durante a execução do contrato, podendo fundamentar a aplicação de eventuais sanções à contratada.

9.7. As especificações dos bens/materiais descritas na proposta, vinculam-se à contratada e deverão ser integralmente atendidas.

9.8. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com o valor unitário expresso em algarismos e o valor global expresso em algarismos e por extenso.

9.9. Em caso de divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; na hipótese de discrepância entre valores numéricos e valores por extenso, prevalecerão os últimos.

9.10. A oferta deverá ser precisa, limitada rigorosamente aos bens/materiais deste Edital e seus anexos, sem alternativas de preço ou condições que induzam a múltiplos resultados, sob pena de desclassificação.

9.11. A proposta deverá obedecer integralmente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita caso não corresponda às especificações ou estabeleça vínculo com a proposta de outro licitante.

9.12. As propostas, incluindo a descrição dos bens/materiais, valores e documentos complementares, estarão disponíveis nos sítios eletrônicos oficiais após a homologação.

9.13. O Pregoeiro verificará as propostas, desclassificando, de forma motivada, aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.14. Para operações ou prestações internas envolvendo aquisição dos bens/materiais pela Administração Pública Estadual, suas autarquias e fundações, a proposta deverá apresentar os valores deduzidos do ICMS incidente, conforme disposto no Decreto nº 2.912/2006, alterado pelo art. 2º, inciso LXXX, do Decreto nº 4.222/2010.

9.15. A marca, modelo e fabricante do produto cotado indicados na proposta deverão corresponder exatamente aos itens a serem entregues, salvo comprovada a inaplicabilidade dos termos contratuais originais, em conformidade com o art. 124, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

9.16. Além das exigências deste edital o Pregoeiro e/ou a equipe técnica poderá consultar os sítios oficiais das marcas ou fabricantes para verificar a especificação técnica do modelo/versão ofertado, assegurando a qualidade do produto.

9.17. Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar declaração confirmando que não celebraram contratos com a Administração Pública, no ano-calendário da licitação, que excedam a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.



10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recursos sobre o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação dos licitantes, ou sobre a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 130 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.
- 10.2. O prazo para interposição de recursos será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata.
- 10.3. Para recursos que questionem o julgamento das propostas ou o ato de habilitação/inabilitação, aplicam-se as seguintes condições:
- 10.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, especificando a decisão contra a qual recorre e os fundamentos, sob pena de preclusão.
- 10.5. O prazo para manifestar a intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.
- 10.6. O prazo para apresentação das razões recursais terá início na data de intimação ou lavratura da ata de habilitação/inabilitação.
- 10.7. Os recursos deverão ser apresentados exclusivamente por meio do campo próprio no sistema eletrônico.
- 10.8. O recurso será dirigido à autoridade responsável pelo ato ou decisão recorrida, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à autoridade superior, a qual deverá decidir em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento dos autos.
- 10.9. Recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.10. O prazo para contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contados da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, com vista assegurada aos elementos indispensáveis à defesa.
- 10.11. Tanto o recurso quanto o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.
- 10.12. O acolhimento de recurso invalidará apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.13. Os autos do processo permanecerão disponíveis para consulta dos interessados no sítio eletrônico oficial.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta, mediante justificativa do Pregoeiro, nas seguintes situações:
- 11.2. Quando do provimento de recurso que resulte na anulação de atos praticados na sessão pública precedente ou da própria sessão.
- 11.3. Na ocorrência de erro na aceitação do preço melhor classificado.
- 11.4. Caso o licitante declarado vencedor não assine o contrato, a ata de registro de preços ou não retire o instrumento equivalente, e não haja cadastro reserva, oportunizando-se a convocação dos remanescentes.
- 11.5. Quando o licitante não comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 11.6. Nessas hipóteses, serão retomados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.7. Todos os licitantes remanescentes serão convocados, conforme a fase reaberta, com aviso prévio no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e a ocorrência será registrada em ata complementar.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. A adjudicação e homologação do certame são de responsabilidade da autoridade superior, conforme o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O ato de adjudicação e homologação atribui eficácia ao certame, ratificando a legalidade dos procedimentos realizados, desde a autorização para licitar.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, da aquisição de bens/materiais desta contratação.

14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 14.1. Após a homologação da licitação e sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 14.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.
- 14.3. A Administração poderá encaminhar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente por correspondência com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para assinatura no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento.



- 14.4. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, aprovada pela Administração.
- 14.5. Caso o convocado não assine o Termo de Contrato ou não aceite/retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitando a ordem de classificação, para celebração do contrato nas mesmas condições oferecidas pelo vencedor.
- 14.6. Se nenhum licitante aceitar a contratação nas condições do vencedor, a Administração poderá:
- 14.7. Convocar os licitantes remanescentes para negociar melhores condições, ainda que acima do preço do adjudicatário; ou
- 14.8. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos remanescentes, observada a ordem classificatória.
- 14.9. A extinção administrativa do contrato de fornecimento por ato unilateral da Contratante obedecerá ao disposto no art. 139 da Lei nº14.133/2021.
- 14.10. O aceite da Nota de Empenho ou instrumento equivalente emitido à empresa adjudicatária implica no reconhecimento de que:
- 14.11. A Nota de Empenho substitui o contrato, aplicando-se as disposições da Lei nº14.133/2021 à relação comercial estabelecida.
- 14.12. A contratada vincula-se integralmente à sua proposta, ao edital e aos seus anexos.
- 14.13. A contratada reconhece as hipóteses de extinção do contrato previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e as consequências do art. 139 da mesma Lei.
- 14.14. No momento da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação previstas no Edital, devendo ser mantidas durante toda a vigência do contrato.
- 14.15. Caso expire o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, os licitantes estarão liberados dos compromissos assumidos.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, conforme a natureza da aquisição de bens/materiais licitado, com possibilidade de prorrogação, e constará expressamente no Termo de contrato/referência.
- 15.2. As publicações resumidas do contrato firmado deverão ser realizadas conforme o disposto no art. 214 do Decreto nº6.606, de 28 de março de 2023 e no art. 94 da Lei nº14.133/2021.
- 15.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, de dirigente do órgão ou entidade contratante, ou de agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão do contrato.

16. DO REAJUSTE

- 16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.
- 16.2. A periodicidade de reajuste será anual, com referência ao IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, incidindo exclusivamente sobre obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo será de 1 (um) ano, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou ausência de divulgação do índice de reajuste, o contratante pagará ao contratado a diferença calculada com base na última variação conhecida, sendo liquidada tão logo seja divulgado o índice definitivo. Para aferições finais, será obrigatoriamente utilizado o índice definitivo.
- 16.5. Caso o índice estabelecido para reajuste seja extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado aquele determinado pela legislação vigente.
- 16.6. Na ausência de previsão legal sobre o índice substituto, as partes deverão eleger um novo índice oficial por meio de termo aditivo.

17. DA AQUISIÇÃO DE BENS/MATERIAIS E DO RECEBIMENTO

- 17.1. A aquisição de bens/materiais será solicitada por correspondência eletrônica (e-mail), ou ligação/Whatsapp, sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela contratada.
- 17.2. A aquisição de bens/materiais será em 24 horas após a solicitação, devido à indispensabilidade da aquisição de bens/materiais para o funcionamento da unidade escolar.
- 17.3. A aquisição de bens/materiais ocorrerá de forma parcelada, durante o horário de expediente (7h às 11h e 13h às 17h no seguinte endereço: Avenida B/08, nº3749 – Setor Aeroporto Guaraí/TO - CEP: 77700-000.
- 17.4. As operações de carga e descarga serão realizadas pela contratada, sem qualquer ônus de frete para a Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.



17.5. Os produtos poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, se estiverem em desacordo com as especificações do Termo de Referência. A substituição/reparação deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da notificação, sem custos adicionais e sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.6. O pagamento será integralmente suspenso caso sejam entregues produtos diferentes daqueles descritos no Termo, até que ocorra a regularização.

17.7. A contratada deverá apresentar nota fiscal detalhada com os produtos discriminados após a solicitação formal de fornecimento pela Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão.

17.8. Apenas serão aceitos e recebidos os bens/materiais que atendam às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, na presença do fiscal do contrato.

17.9. Conforme o art. 140, inciso II, da Lei Federal nº14.133/2021, o recebimento dos bens/materiais será feito da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente:** de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para verificação posterior de conformidade com as exigências contratuais;
- b) **Definitivamente:** por servidor designado por autoridade competente, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências contratuais.

17.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites da legislação ou do contrato, conforme o art. 140, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

18. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O fiscal/gestor do contrato ou instrumento equivalente será nomeado oportunamente, conforme disposto no art. 117 da Lei Federal nº14.133/2021 e no art. 13, inciso IX.

18.2. A fiscalização referida neste item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por eventuais irregularidades, ainda que decorrentes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Em tais casos, não se configura corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

18.3. O representante da Administração registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando data, horário e eventuais funcionários envolvidos. Será determinado o necessário para a regularização de falhas ou defeitos, com o encaminhamento das informações à autoridade competente para as providências cabíveis.

19. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

19.2. Será considerada como data de pagamento o dia em que constar a emissão da ordem bancária.

19.3. Serão realizadas retenções tributárias previstas na legislação aplicável no momento do pagamento.

19.4. A contratada que seja optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não estará sujeita à retenção tributária sobre os impostos e contribuições abrangidos por esse regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por documento oficial, de que a empresa faz jus ao benefício tributário.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da legislação aplicável, as seguintes condutas praticadas pelo licitante, com dolo ou culpa:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame ou não atender solicitação do(a) pregoeiro(a) durante o procedimento;
- b) Não manter a proposta; deixar de enviar proposta ajustada ao último lance ofertado após negociação; recusar o detalhamento da proposta, quando exigido; solicitar desclassificação após o encerramento da etapa competitiva; deixar de apresentar amostra ou apresentar proposta/amostra em desacordo com o edital, salvo justificativa superveniente;
- c) Não celebrar o contrato ou não apresentar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da proposta; recusar, sem justificativa, assinar o contrato, a ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- d) Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) Fraudar o processo licitatório;
- f) Agir de forma inidônea ou cometer fraude, como conluio, indução ao erro no julgamento, apresentação de amostra falsificada ou deteriorada;
- g) Praticar atos ilícitos que frustrem os objetivos da licitação;



h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. Com base na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar, assegurado o direito à defesa, as seguintes sanções, cumulativamente ou não, e sem prejuízo de outras responsabilidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar enquanto perdurarem os motivos ou até reabilitação pela autoridade aplicadora.

20.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração;
- b) As circunstâncias do caso concreto;
- c) Agravantes ou atenuantes verificadas;
- d) Os danos causados à Administração Pública;

20.4. A existência ou implantação de programa de integridade, conforme normas dos órgãos de controle.

20.5. A multa será aplicada entre 0,5% e 30% sobre o valor do contrato, devendo ser recolhida em até 15 (quinze) dias úteis a partir da comunicação oficial.

a) Para infrações previstas nos itens a, b e c do item 20.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato;

b) Para infrações previstas nos itens d, e, f, g e h do item 20.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

20.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente com a multa.

20.7. O impedimento de licitar/contratar será aplicado às infrações administrativas dos itens a, b e c do item 20.1, quando não for justificável uma penalidade mais grave, o prazo máximo será de 3 (três) anos.

20.8. A declaração de inidoneidade será aplicada para infrações dos itens d, e, f, g e h do item 20.1, e em casos graves relacionados aos itens a, b e c.

20.9. O prazo de duração observará o disposto no art. 156, §5º, da Lei nº14.133/2021.

20.10. A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo configurará descumprimento total da obrigação assumida e resultará nas penalidades previstas, bem como na perda da garantia de proposta em favor da entidade promotora da licitação.

21. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O Sistema de Registro de Preços será regido pelas normas e procedimentos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº6.606/2023 e demais regulamentações complementares.

21.2. No âmbito do Sistema de Registro de Preços, a adjudicação representa apenas o registro dos preços ofertados.

21.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração (Associação) a efetivar contratações dele derivadas, sendo permitido adotar outros meios, desde que respeitada a legislação vigente. O detentor do registro terá preferência em igualdade de condições.

21.4. É proibida a aquisição por valores superiores aos que poderiam ser obtidos do detentor do registro de preços.

21.5. Uma vez registrados os preços, a Administração (Associação) poderá convocar o detentor do registro para fornecer os bens nas condições especificadas no edital e no contrato.

21.6. Após o encerramento do processo licitatório para o Registro de Preços, poderá ser celebrado contrato entre a Administração (Associação) e o adjudicatário, conforme as disposições da Lei nº14.133/2021.

21.7. Durante a vigência do Registro de Preços, a Administração (Associação) poderá convocar o detentor do registro para cumprir as obrigações decorrentes da licitação e do contrato.

21.8. Cada Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento será considerada parte integrante do contrato.

21.9. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência conforme estipulado na própria ata, sendo seu extrato assinado e publicado dentro do prazo de validade da referida ata.

21.10. É proibido realizar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, ressalvadas as possibilidades de remanejamento entre os participantes.

21.11. É vedada a participação de um órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços para a mesma aquisição de bens/materiais durante o prazo de validade da ata já vigente, salvo quando a ata anterior tiver registrado um quantitativo inferior ao máximo previsto.

21.12. Não será permitido que os licitantes ofereçam propostas em quantitativos inferiores ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se aos limites estabelecidos.



21.13. Não será permitido estabelecer preços diferentes para a mesma aquisição de bens/materiais a ser registrado, tendo em vista que as condições da aquisição de bens/materiais não se enquadram nas hipóteses previstas no art. 82, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c” da Lei nº 14.133/2021.

22. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias, contados da data de convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, além das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

22.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal do licitante ou fornecedor convocado, desde que:

- a) A justificativa seja apresentada dentro do prazo original;
- b) A justificativa seja aceita pela Administração.

22.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, indicando o licitante vencedor, descrição dos itens, respectivas quantidades, preços registrados e condições aplicáveis.

22.4. O preço registrado, com a identificação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante toda a vigência da ata.

22.5. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento conforme as condições estabelecidas, mas não obriga a Administração (Associação) a contratar, sendo permitida a realização de licitação específica para a aquisição, desde que devidamente justificada.

22.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, a Administração (Associação) poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e outras legislações aplicáveis.

22.7. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e o contrato, a empresa adjudicatária compromete-se a entregar os bens/materiais adjudicado conforme as especificações e condições descritas no edital e seus anexos, prevalecendo, em caso de divergência, o conteúdo do edital.

22.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da publicação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o benefício econômico, conforme o Art. 262 do Decreto Estadual nº 6.606/2023 e o Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, em formato de anexo, o registro:

23.2. Dos licitantes que aceitarem cotar os bens/materiais com preço igual ao do adjudicatário, observando a ordem de classificação; e

23.3. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

23.4. Nas contratações, será respeitada a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.5. A apresentação de novas propostas, conforme este item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.6. Para fins de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens/materiais com preço igual ao do adjudicatário terão prioridade em relação àqueles que mantiverem sua proposta original.

23.7. A habilitação dos licitantes integrantes do cadastro de reserva será realizada quando houver necessidade de contratar licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

23.8. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital; ou

23.9. Quando ocorrer o cancelamento do registro do fornecedor ou da ata de registro de preços, conforme disposto nos artigos 269 e 270 do Decreto Estadual nº 6.606/2023.

23.10. Na ausência de adesão dos licitantes que aceitaram cotar a aquisição de bens/materiais com preço igual ao do adjudicatário, nos termos e prazos estabelecidos, a Administração poderá:

23.11. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original, respeitando a ordem de classificação, para negociação, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso, mesmo que superior ao do adjudicatário; ou

23.12. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

24.1. Qualquer pessoa tem legitimidade para impugnar os termos do edital ou solicitar esclarecimentos, por meio eletrônico, conforme descrito no quadro de informações deste edital. Os pedidos devem ser encaminhados até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

24.2. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido e limitados ao último dia útil anterior à abertura do certame. Poderá solicitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital, do Termo de Referência e seus anexos.

24.3. A impugnação não terá efeito suspensivo, salvo em casos excepcionais, devidamente fundamentados pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

24.4. A peça de impugnação deverá conter, sob pena de rejeição:

- a) Exposição sucinta e clara do assunto;
- b) Fundamentos legais que sustentam o pedido; e
- c) Informações mínimas de contato, como telefone e e-mail.

24.5. Caso a impugnação seja acolhida, será publicada uma nova data para a realização do certame, salvo quando a alteração não interferir na formulação das propostas, obedecendo aos prazos legais de publicação.

24.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão publicadas no site www.portaldecompras.to.gov.br e no sistema eletrônico utilizado para o procedimento. As informações disponibilizadas vinculam todos os participantes e a Administração, sendo obrigação dos licitantes acessar o conteúdo.

24.7. Os pedidos de esclarecimentos, questionamentos, impugnações ou outras informações complementares devem ser encaminhados ao e-mail indicado no quadro de informações.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A autoridade superior poderá revogar o processo licitatório por conveniência e oportunidade, ou anulá-lo por ilegalidade insanável, seja de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida manifestação prévia dos interessados.

25.2. A revogação deverá ser motivada por fato superveniente devidamente comprovado.

25.3. Ao declarar a nulidade, a autoridade deverá identificar os atos com vícios insanáveis, anulando os subsequentes que deles dependam, e determinará a apuração de responsabilidade dos causadores.

25.4. Não haverá direito à indenização por parte dos licitantes em decorrência da anulação do processo licitatório, exceto no caso de ressarcimento de encargos suportados pelo contratado de boa-fé.

25.5. Qualquer modificação no edital será divulgada da mesma forma que o texto original, reabrindo-se o prazo inicial, salvo quando a alteração não impactar a formulação das propostas de preços.

25.6. Os licitantes são responsáveis pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em todas as fases do certame.

25.7. Não será permitido desistir da proposta de preços após sua apresentação, exceto por motivo justo e devidamente aceito pelo Pregoeiro.

25.8. A homologação do resultado não gera direito à contratação da aquisição de bens/materiais pelo órgão requisitante.

25.9. Nos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o de vencimento, considerando apenas dias úteis.

25.10. As normas que regem o pregão eletrônico serão interpretadas para ampliar a disputa, preservando o interesse público e a segurança do procedimento.

25.11. As licitantes deverão adotar padrões éticos elevados durante o processo licitatório e a execução do contrato, sob pena de sanções previstas na legislação brasileira.

25.12. Todos os horários mencionados no edital, no aviso e na sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal.

25.13. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, realizar diligências para esclarecer ou complementar informações, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar desde o início do processo.

25.14. O edital estará disponível no site www.comprasgovernamentais.gov.br, podendo ser lido ou obtido no endereço constante no preâmbulo do edital, nos dias úteis, das 08h às 12h e das 14h às 18h, onde os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados.

....., de de 20.....

[ASSINATURA DO PRESIDENTE]



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de expediente **diversos**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO
1	ALFINETE sem cabeça caixa com 50gr	15	Caixa	R\$ 16,00
2	APLICADORA DE COLA Quente Fina (110 e 220w) 15w.	10	Unid.	R\$ 32,00
3	APLICADORA DE COLA Quente Grossa (110 e 220w) 15w.	5	Unid.	R\$ 42,00
4	ARQUIVO MORTO POLIONDA, medindo 360 X 250 X 135 mm, em polipropileno corrugado na cor azul.	200	Unid.	R\$ 17,33
5	BALÃO nº9 pacote com 50 unidades – cores diversas	30	Pacotes	R\$ 34,67
6	BARBANTE 100% algodão rolo com 1KG nº8	10	Unid.	R\$ 48,33
7	BASTÃO DE SILICONE - 11,2MM X 30CM, GROSSO, Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	300	Unid.	R\$ 3,40
8	BASTÃO DE SILICONE – 7,5MM X 30CM, FINO, semitransparente, embalagem com 1kg. Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	300	Unid.	R\$ 2,23
9	BLOCO DE RECADO, Pos-it Amarelo 4 Blocos Adesivos 3,8cmx5,1cm, cor amarela, auto adesivo. Embalagem individual com 04 blocos com 100 folhas cada.	100	Unid.	R\$ 8,17
10	BOLA DE ISOPOR 70cm	50	Unid.	R\$ 25,00
11	CADERNO BROCHURA 96 folhas.	100	Unid.	R\$ 12,00
12	CAIXA TIPO ARQUIVO MORTO PLÁSTICO CORRUGADO com tampa, cor: azul e com reforço para pegar.	100	Unid.	R\$ 16,33
13	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL Caneta esferográfica cristal, corpo em resina termoplástica, com espessura de 1,0mm (ponta média), cor tinta/azul, Entregar em caixa contendo 50 unidades/canetas. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL.	10	Caixa	R\$ 64,33
14	CANETA HIDROGRÁFICA PONTA GROSSA - 12 CORES - Conjunto de canetas hidrográficas, com as seguintes especificações mínimas: ponta 4,0 mm, com escrita grossa, com tinta à base de água, não recarregável, estojo com 12 cores sortidas.	20	Caixa	R\$ 28,00
15	CAPA ENCADERNAÇÃO, material pvc- cloreto de polivinila, tipo A4, formato 210 x297 mm, transmitância transparente, características adicionais sem furo pacote com 100 unidades	5	Pacotes	R\$ 115,00
16	CAPA ENCADERNAÇÃO, material pvc- cloreto de polivinila, tipo A4, cor preta, formato 210 x 297 mm, transmitância fosco, características adicionais sem furo Pacote com 100	5	Pacotes	R\$ 115,00
17	CAPA PROCESSO em cartolina, na cor amarelo ouro	10	Caixa	R\$ 323,33
18	CARTOLINA, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, gramatura 180 g/m2, comprimento 660 mm, largura 500 mm, cor branca, verde, amarela	300	Unid.	R\$ 2,20
19	CLYPE, tratamento superficial niquelado, aplicação aparelho fixador clips, material metal, características adicionais tamanho 2.0.	50	Caixa	R\$ 5,50
20	COLA BRANCA LIQUIDA, lavável, atóxica. Composta por acetato de polivinila, formula a base de água com bico dosador peso liquido de 90gramas.	120	Unid.	R\$ 5,17
21	COLA ISOPOR para EVA e isopor, com bico aplicador, solúvel em álcool, secagem rápida, lavável. Frasco de 90 gramas.	40	Unid.	R\$ 6,80
22	CORRETIVO LÍQUIDO Acondicionado em frasco de 18 ou 20ml, com aplicador tipo pincel, secagem rápida, que corrija todo tipo de erro escrito com canetas esferográfica e hidrográfica, marcadores de texto, fotocópia, etc. Referência: BIC, FABER CASTELL.	20	Unid.	R\$ 5,83
23	CORTADOR ELÉTRICO DE ISOPOR, VOLTAGEM 220V, espessura corte até 7cm, profundidade arco corte 18cm, com chave liga e desliga. Acessórios: 3 Fios Para Reposição. Garantia: 1 Ano.	4	Unid.	R\$ 350,00
24	ELÁSTICO PARA CÉDULA TIPO DINHEIRO - elástico de borracha natural ou látex; - espessura aproximada: 2 mm; - alta qualidade, resistência e durabilidade; - embalagem: pacote com 1 Kg.	4	Pacotes	R\$ 64,67
25	ENVELOPE AMARELO tamanho A4 - Modelo: Ofício, Tamanho (CXL): 229 X 324 milímetros	5.000	Unid.	R\$ 2,20
26	ENVELOPE BRANCO tamanho A3- caixa com 500 unidades	5.000	Unid.	R\$ 4,17
27	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO Preto 17mm para 100 folhas 100.	100	Unid.	R\$ 2,20
28	EVA com Glitter - 60x40cm cores variadas.	275	Unid.	R\$ 7,50
29	EVA liso 60x40cm 8mm cores variadas	300	Unid.	R\$ 4,50
30	FITA ADESIVA poliuretano dupla-face, incolor, multiuso, medindo 24 mm x 30m.	35	Unid.	R\$ 17,67



31	FITA ADESIVA, material CREPE, tipo monofase, largura 24 mm, comprimento 30 metros, cor bege.	20	Unid.	R\$ 17,67
32	FITA ADESIVA, material polipropileno transparente, tipo monofase, largura 19 mm, comprimento 50 m, cor incolor, aplicação multiuso	20	Unid.	R\$ 8,83
33	FOLHA DE ISOPOR 3M - 25 e 25mm	40	Unid.	R\$ 15,00
34	FOLHA ISOPOR - Placa isopor branca em EPS, dimensões: 15mm	40	Unid.	R\$ 12,00
35	GIZ CERA, material cera plástica com corante atóxico, cor variadas caixa com 12 unidades.	20	Caixas	R\$ 13,50
36	GRAMPEADOR Estrutura metálica. Tipo mesa, capacidade para grampear 25 a 30 folhas, tamanho grampo 26/6.	30	Unid.	R\$ 54,67
37	GRAMPEADOR Metal 50 Fls.	10	Unid.	R\$ 93,00
38	LÁPIS DE COR, 2mm, material madeira, cor diversas, características adicionais tamanho grande com 12 cores	30	Caixas	R\$ 13,50
39	LÁPIS nº02 - PRETO – cx. c/144 und. – Lápis grafite de formato cilíndrico, apontado, confeccionado com madeira mole de reflorestamento, isenta de nóde maneira a não permitir seu deslocamento ou quebra durante o apontamento.	20	Caixa	R\$ 55,33
40	LIVRO ATA com 200 folhas numeradas, sem margem, capa dura, tamanho aproximado 216X320 mm. Produto com identificação e marca do fabricante.	10	Unid.	R\$ 45,67
41	LIVRO PROTOCOLO - de correspondência com no mínimo 100folhas, numeradas, dimensões aproximadas: capa 215X157 mm, miolo 205X150 mm, capa papelão revestido papel off-set plastificado 120 gr/m2, miolo papel 56 gr/m2. embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Tilibra, são domingos, tamoio.	10	Unid.	R\$ 37,67
42	MARCA TEXTO - corpo em material plástico, ponta indeformável, tinta fluorescente a base d'água, gravado no corpo a marca do fabricante. observação: “as cores devem ser de acordo com a escolha do solicitante.”	100	Unid.	R\$ 4,83
43	MOLHA DEDO EM PASTA - material base: plástico. material tampa: plástico. material carga: creme atóxico. tamanho: único. validade carga: 2 anos.	10	Unid.	R\$ 8,50
44	PALITO PARA CHURRASCO, material madeira, formato roliço, comprimento 23, aplicação espetinho carne churrasco, pacote com 100unidade.	10	Pacotes	R\$ 8,50
45	PAPEL A4, branco, gramatura 75g/m², para impressão a laser, jato de tinta e cópias, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor.	300	Resma	R\$ 36,00
46	PAPEL AUTOADESIVO, material plástico, comprimento 25 m, largura 45 cm, características adicionais não resseca, transparente, acabamento superficial brilhante	20	Rolos	R\$ 165,00
47	PAPEL CANSON, TAMANHO A4, comprimento 297mm, largura 210 mm, gramatura 200 g/m2, cor branca, aplicação desenho artístico.	20	Unid.	R\$ 4,83
48	PAPEL CARTÃO, material celulose vegetal, gramatura 200, largura 48, cor preta, comprimento 66. cores variadas	400	Unid.	R\$ 2,20
49	PAPEL COLORIDO, dupla face, superfície lisa , formato A4, pct 20 folhas, cores aleatória.	30	Pacotes	R\$ 75,00
50	PAPEL CREPON colorido c/ 40 fls. – cores variadas	50	Unid.	R\$ 2,20
51	PAPEL DE SEDA 70 x 50cm, azul, amarelo e vermelho.	50	Unid.	R\$ 1,23
52	PAPEL FOTOGRÁFICO A4, brilhante, secagem instantânea, cor branco, embalagem com 50 folhas	20	Pacotes	R\$ 62,00
53	PAPEL LAMINADO 60g/m² (45 x 59 cm) Cores Variadas	100	Unid.	R\$ 2,20
54	PAPEL VERGÊ TEXTURIZADO 180G A4 Branco pacote com 50 folhas.	250	Pacotes	R\$ 36,33
55	PASTA ARQUIVO AZ A4 lombada 7cm Preta, medidas 230mmx335mm e 0,15mm de espessura. Entregar em pacote contendo 10 unidades/pastas. Referências: ACP, DAC	10	Pacotes	R\$ 168,33
56	PASTA ARQUIVO TIPO SUSPENSA, cartão marmorizado tipo timbó; phneutro; gramatura mínima 420g/m²; espessura mínima 0,30; cor castanho; 2 varões metálicos com 4 ponteiros em plástico;dimensões mínimas 365 x 240 mm; referência DELLOTIM, ou superior. Caixa com 50 unidades.	10	Caixa	R\$ 250,00
57	PASTA CATÁLOGO PVC Pasta de pvc laminado com 50 sacos finos com 04 furos, pasta contendo colchetes para prender envelopes (sacos), capa cor preta com visor transparente. Medidas: 245mmx335mmx20	20	Unid.	R\$ 35,33
58	PEN DRIVE 32 GB	40	Unid.	R\$ 83,33
59	PERFURADOR PAPEL METAL, 2 furos	20	Unid.	R\$ 54,67
60	PILHA ALCALINA AA Tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic - Caixa com 2 unidades	50	Caixas	R\$ 13,67
61	PILHA ALCALINA AAA Tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic - Caixa com 2 unidades	50	Caixas	R\$ 13,67
62	PINCEL ATÔMICO marcador permanente preto - Recarregável	100	Unid.	R\$ 7,17
63	PINCEL CHATO nº08 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.	R\$ 8,97
64	PINCEL CHATO nº10 amarelo - Pacote C/ 12 unid.	10	Unid.	R\$ 9,30
65	PINCEL CHATO nº12 amarelo - Pacote C/ 12 unid.	10	Unid.	R\$ 9,30
66	PINCEL CHATO nº12 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.	R\$ 9,30
67	PINCEL CHATO nº14 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.	R\$ 10,63



68	PINCEL CHATO nº16 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.	R\$ 10,63
69	PINCEL CHATO nº18 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.	R\$ 11,97
70	PINCEL QUADRO BRANCO/magnético, material plástico, material ponta fibra sintética, tipo carga recarregável, COR VERMELHA, PRETA, AZUL. características adicionais escrita 2mm, ponta arredondada. Caixa com 12 unidades. 10 caixa de cada cor.	30	Caixas	R\$ 11,80
71	PINCEL REDONDO nº10 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	50	Unid.	R\$ 13,63
72	PRANCHETA EM ACRÍLICO: Prancheta em acrílico com prendedor de metal de metal dimensões de 216x330 mm.	10	Unid.	R\$ 53,33
73	REFIL TINTA, COR AZUL, PRETO, VERMELHO, 500ml, aplicação pincel quadro branco.	45	Unid.	R\$ 156,67
74	REGUA ACRÍLICA 30CM Régua comum em acrílico, transparente, cristal, rígida, medindo 30cmx3,5cmx3mm, com graduação precisa (em centímetros/milímetros), sem manchas ou borrões, embalagem plástica individual. Referência: Acrimet, Waleu.	100	Unid.	R\$ 6,00
75	T.N.T. (tecido não tecido), rolo:1,40Larg. X 100 metros. gramatura mínima 40. 100% polipropileno. nas cores: branco, preto, amarelo ouro, azul, azul royal, bege, laranja, rosa, verde, verde bandeira. Obs. 01 Rolo para cada cor.	10	Rolos	R\$ 165,00
76	TELA PARA PINTURA, MEDINDO 50X60CM: compatível para tinta a óleo, acrílica e aquarela, fabricada em madeira, com tecido 100% algodão com aplicação de resina acrílica de alta qualidade, textura uniforme, de 1ª qualidade.	10	Unid.	R\$ 60,00
77	TESOURA DE PICOTAR - com lâminas serrilhadas em formato de zigue-zague, utilizada para cortar tecidos, papéis e outros materiais, criando um acabamento decorativo e evitando que as bordas desfiem. Lâmina em aço inox, medindo aproximadamente 23cm, cabo polipropileno.	10	Unid.	R\$ 84,67
78	TESOURA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, material cabo plástico, comprimento 21 cm, características adicionais sem ponta	50	Unid.	R\$ 27,67
79	TINTA FACIAL CARTELA C/ 10 cores.	15	Caixa	R\$ 27,67
80	TINTA GUACHE - Conjunto C/ 6 Frascos de 15 ml Cada	20	Caixa	R\$ 10,00

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O contrato que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 3 dias, contados do(a) solicitação, em remessa única.



5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. *Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço [ASSOCIAÇÃO...]*

1.1.1 *No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.*

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.2 acompanhar os registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.4 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



6.6.5 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.7. Fiscalização Técnica

- 6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 1.1.2 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



- 1.1.3 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 1.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 1.1.5 Multa:
 - 1.1.5.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
 - 1.1.5.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 1.1.5.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 1.1.5.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 1.1.5.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 1.1.5.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.6 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.1.7 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:



- 1.1.8 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 1.1.9 as peculiaridades do caso concreto;
- 1.1.10 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 1.1.11 os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 1.1.12 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.



- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- | | |
|--------|---|
| 1.1.13 | o prazo de validade; |
| 1.1.14 | a data da emissão; |
| 1.1.15 | os dados do contrato e do órgão contratante; |
| 1.1.16 | o período respectivo de execução do contrato; |
| 1.1.17 | o valor a pagar; e |
| 1.1.18 | eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. |
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- | | |
|--------|--|
| 1.1.19 | verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; |
| 1.1.20 | identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. |



- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

- 8.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado na data da licitação.
- 8.28. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



- 8.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será **parcelado**.

Exigências de habilitação

- 9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$



- 9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 9.25. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.29. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 9.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.30.1.1. Comprovação de fornecimento anterior correspondente a, no mínimo, 20% da quantidade total dos materiais especificados na cláusula 1;
- 9.30.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.30.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.30.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 85.195,32 (Oitenta e cinco mil, cento e noventa e cinco mil e trinta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.*

10.2. *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.2 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.3 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.4 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do recurso Escola Comunitária de Gestão Compartilhada deposita pela SEDUC na conta da Associação.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

ANEXO II



Proposta de Preços.

SECRETARIA DA
EDUCAÇÃOTOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAI
Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão
 Avenida Joaquim Guarã, 2801, Centro,
 Guaraí-TO / CEP: 77700-000
 antonioalencarleao@ue.seduc.to.gov.br
 63 3464-1817

**COTAÇÃO PARA MÉDIA DE PREÇOS PARA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL
DE EXPEDIENTE/PAPELARIA E PEDAGÓGICO**

Item	Especificação dos Materiais/Serviços	Quant.	Unid.	Val. Unit.	Val. Total
1	ALFINETE sem cabeça caixa com 50gr	15	caixa		
2	APLICADORA DE COLA Quente Fina (110 e 220w) 15w.	10	Unid.		
3	APLICADORA DE COLA Quente Grossa (110 e 220w) 15w.	5	Unid.		
4	ARQUIVO MORTO POLIONDA, medindo 360 X 250 X 135 mm, polipropileno corrugado azul	200	Unid.		
5	BALÃO nº9 pacote com 50 unidades – cores diversas	30	Pacotes		
6	BARBANTE 100% algodão rolo com 1KG nº8	10	Unid.		
7	BASTÃO DE SILICONE - 11,2MM X 30CM, GROSSO, Embalagem com identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	300	Unid.		
8	BASTÃO DE SILICONE – 7,5MM X 30CM, FINO, semitransparente, embalagem com 1kg.	300	Unid.		
9	BLOCO DE RECADO, Pos-it Amarelo 4 Blocos Adesivos 3,8cmx5,1cm, cor amarela, auto adesivo. Embalagem individual com 04 blocos com 100 folhas cada.	100	Unid.		
10	BOLA DE ISOPOR 70cm	50	Unid.		
11	CADERNO BROCHURA 96 folhas.	100	Unid.		
12	CAIXA TIPO ARQUIVO MORTO PLÁSTICO CORRUGADO com tampa, cor: azul e com reforço para pegar.	100	Unid.		
13	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL Caneta esferográfica cristal, corpo em resina termoplástica, com espessura de 1,0mm (ponta média), cor tinta/azul, Entregar em caixa contendo 50 unidades/canetas. Referência: BIC, COMPACTOR, FABER CASTELL.	10	Caixa		
14	CANETA HIDROGRAFICA PONTA GROSSA - 12 CORES - Conjunto de canetas hidrográficas, com as seguintes especificações mínimas: ponta 4,0 mm, com escrita grossa, com tinta à base de água, não recarregável, estojo com 12 cores sortidas.	20	Caixa		
15	CAPA ENCADERNAÇÃO, material pvc- cloreto de polivinila, tipo A4, formato 210 x297 mm, transmitância transparente, características adicionais sem furo pacote com 100 unidades	5	Pacotes		
16	CAPA ENCADERNAÇÃO, material pvc- cloreto de polivinila, tipo A4, cor preta, formato 210 x 297 mm, transmitância fosco, características adicionais sem furo Pacote com 100	5	Pacotes		
17	CAPA PROCESSO em cartolina, na cor amarelo ouro CAIXA C/ 100 unidades	10	Caixa		
18	CARTOLINA, MATERIAL CELULOSE VEGETAL, gramatura 180 g/m2, comprimento 660 mm, largura 500 mm, cor branca, verde, amarela	300	Unid.		



19	CLIPLE, tratamento superficial niquelado, aplicação aparelho fixador clips, material metal, características adicionais tamanho 2.0.	50	Caixa		
20	COLA BRANCA LIQUIDA, lavável, atóxica. Composta por acetato de polivinila, formula a base de água com bico dosador peso liquido de 90gramas.	120	Unid.		
21	COLA ISOPOR para EVA e isopor, com bico aplicador, solúvel em álcool, secagem rápida, lavável. Frasco de 90 gramas.	40	Unid.		
22	CORRETIVO LÍQUIDO Acondicionado em frasco de 18 ou 20ml, com aplicador tipo pincel, secagem rápida, que corrija todo tipo de erro escrito com canetas esferográfica e hidrográfica, marcadores de texto, fotocópia, etc. Referência: BIC, FABER CASTELL.	20	Unid.		
23	CORTADOR ELÉTRICO DE ISOPOR, VOLTAGEM 220V, espessura corte até 7cm, profundidade arco corte 18cm, com chave liga e desliga. Acessórios: 3 Fios Para Reposição. Garantia: 1 Ano.	4	Unid.		
24	ELÁSTICO PARA CÉDULA TIPO DINHEIRO - elástico de borracha natural ou látex; - espessura aproximada: 2 mm; - alta qualidade, resistência e durabilidade; - embalagem: pacote com 1 Kg.	4	Pacotes		
25	ENVELOPE AMARELO tamanho A4 - Modelo: Ofício, Tamanho (CXL): 229 X 324 milímetros	1.000	Unid.		
26	ENVELOPE BRANCO tamanho A3- caixa com 500 unidades	1.000	Unid.		
27	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO Preto 17mm para 100 folhas 100.	100	Unid.		
28	EVA com Glitter - 60x40cm cores variadas.	275	Unid.		
29	EVA liso 60x40cm 8mm cores variadas	300	Unid.		
30	FITA ADESIVA poliuretano dupla-face, incolor, multiuso, medindo 24 mm x 30m.	35	Unid.		
31	FITA ADESIVA, material CREPE, tipo monofase, largura 24 mm, comprimento 30 metros, cor bege.	20	Unid.		
32	FITA ADESIVA, material polipropileno transparente, tipo monofase, largura 19 mm, comprimento 50 m, cor incolor, aplicação multiuso	20	Unid.		
33	FOLHA DE ISOPOR 3M - 25 e 25mm	40	Unid.		
34	FOLHA ISOPOR - Placa isopor branca em EPS, dimensões: 15mm	40	Unid.		
35	GIZ CERA, material cera plástica com corante atóxico, cor variadas caixa com 12 unidades.	20	Caixas		
36	GRAMPEADOR Estrutura metálica. Tipo mesa, capacidade para grampear 25 a 30 folhas, tamanho grampo 26/6.	30	Unid.		
37	GRAMPEADOR Metal 50 Fls.	10	Unid.		
38	LÁPIS DE COR, 2mm, material madeira, cor diversas, características adicionais tamanho grande com 12 cores	30	Caixas		
39	LÁPIS nº02 - PRETO – cx. c/144 und. – Lápis grafite de formato cilíndrico, apontado, confeccionado com madeira mole de reflorestamento, isenta de nóde maneira a não permitir seu deslocamento ou quebra durante o apontamento.	20	Caixa		
40	LIVRO ATA com 200 folhas numeradas, sem margem, capa dura, tamanho aproximado 216X320 mm. Produto com identificação e marca do fabricante.	10	Unid.		



41	LIVRO PROTOCOLO - de correspondência com no mínimo 100folhas, numeradas, dimensões aproximadas: capa 215X157 mm, miolo 205X150 mm, capa papelão revestido papel off-set plastificado 120 gr/m2, miolo papel 56 gr/m2. embalagem com identificação do produto e marca do fabricante. Tilibra, são domingos, tamoio.	10	Unid.		
42	MARCA TEXTO - corpo em material plástico, ponta indeformável, tinta fluorescente a base d'água, gravado no corpo a marca do fabricante. observação: "as cores devem ser de acordo com a escolha do solicitante."	100	Unid.		
43	MOLHA DEDO EM PASTA - material base: plástico. material tampa: plástico. material carga: creme atóxico. tamanho: único. validade carga: 2 anos.	10	Unid.		
44	PALITO PARA CHURRASCO, material madeira, formato roliço, comprimento 23, aplicação espetinho carne churrasco, pacote com 100unidade.	10	Pacotes		
45	PAPEL A4, branco, gramatura 75g/m², para impressão a laser, jato de tinta e cópias, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor.	300	Resma		
46	PAPEL AUTOADESIVO, material plástico, comprimento 25 m, largura 45 cm, características adicionais não resseca, transparente, acabamento superficial brilhante	20	Rolos		
47	PAPEL CANSON, TAMANHO A4, comprimento 297mm, largura 210 mm, gramatura 200 g/m2, cor branca, aplicação desenho artístico.	20	Unid.		
48	PAPEL CARTÃO, material celulose vegetal, gramatura 200, largura 48, cor preta, comprimento 66. cores variadas	400	Unid.		
49	PAPEL COLORIDO, dupla face, superfície lisa , formato A4, pct 20 folhas, cores aleatória.	30	Pacotes		
50	PAPEL CREPON colorido c/ 40 fls. – cores variadas	50	Unid.		
51	PAPEL DE SEDA 70 x 50cm, azul, amarelo e vermelho.	50	Unid.		
52	PAPEL FOTOGRÁFICO A4, brilhante, secagem instantânea, cor branco, embalagem com 50 folhas	20	Pacotes		
53	PAPEL LAMINADO 60g/m² (45 x 59 cm) Cores Variadas	100	Unid.		
54	PAPEL VERGÊ TEXTURIZADO 180G A4 Branco pacote com 50 folhas.	250	Pacotes		
55	PASTA ARQUIVO AZ A4 lombada 7cm Preta, medidas 230mmx335mm e 0,15mm de espessura. Entregar em pacote contendo 10 unidades/pastas. Referências: ACP, DAC	10	Pacotes		
56	PASTA ARQUIVO TIPO SUSPENSA, cartão marmorizado tipo timbó; phneutro; gramatura mínima 420g/m²; espessura mínima 0,30; cor castanho; 2 varões metálicos com 4 ponteiras em plástico; dimensões mínimas 365 x 240 mm; referência DELLOTIM, ou superior. Caixa com 50 unidades.	10	Caixa		



57	PASTA CATÁLOGO PVC Pasta de pvc laminado com 50 sacos finos com 04 furos, pasta contendo colchetes para prender envelopes (sacos), capa cor preta com visor transparente. Medidas: 245mmx335mmx20	20	Unid.		
58	PEN DRIVE 32 GB	40	Unid.		
59	PERFURADOR PAPEL METAL, 2 furos	20	Unid.		
60	PILHA ALCALINA AA Tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic - Caixa com 2 unidades	50	Caixas		
61	PILHA ALCALINA AAA Tensão 1,5V, não recarregável, sem adição de mercúrio, cádmio ou chumbo. Referência: Duracell, Elgin, Panasonic - Caixa com 2 unidades	50	Caixas		
62	PINCEL ATÔMICO marcador permanente preto - Recarregável	100	Unid.		
63	PINCEL CHATO nº08 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.		
64	PINCEL CHATO nº10 amarelo - Pacote C/ 12 unid.	10	Unid.		
65	PINCEL CHATO nº12 amarelo - Pacote C/ 12 unid.	10	Unid.		
66	PINCEL CHATO nº12 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.		
67	PINCEL CHATO nº14 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.		
68	PINCEL CHATO nº16 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.		
69	PINCEL CHATO nº18 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	10	Unid.		
70	PINCEL QUADRO BRANCO/magnético, material plástico, material ponta fibra sintética, tipo carga recarregável, COR VERMELHA, PRETA, AZUL. características adicionais escrita 2mm, ponta arredondada. Caixa com 12 unidades. 10 caixa de cada cor.	30	Caixas		
71	PINCEL REDONDO nº10 para pintura artística, cabo longo linha escolar (amarela)	50	Unid.		
72	PRANCHETA EM ACRILICO: Prancheta em acrílico com prendedor de metal de metal dimensões de 216x330 mm.	10	Unid.		
73	REFIL TINTA, COR AZUL, PRETO, VERMELHO, 500ml, aplicação pincel quadro branco.	45	Unid.		
74	REGUA ACRÍLICA 30CM Régua comum em acrílico, transparente, cristal, rígida, medindo 30cmx3,5cmx3mm, com graduação precisa (em centímetros/milímetros), sem manchas ou borões, embalagem plástica individual. Referência: Acrimet, Waleu.	100	Unid.		
75	T.N.T. (tecido não tecido), rolo:1,40Larg. X 100 metros. gramatura mínima 40. 100% polipropileno. nas cores: branco, preto, amarelo ouro, azul, azul royal, bege, laranja, rosa, verde, verde bandeira. Obs. 01 Rolo para cada cor.	10	Rolos		
76	TELA PARA PINTURA, MEDINDO 50X60CM: compatível para tinta a óleo, acrílica e aquarela, fabricada em madeira, com tecido 100% algodão com aplicação de resina acrílica de alta qualidade, textura uniforme, de 1ª qualidade.	10	Unid.		



ANEXO III

Ata de Registro de Preços.

Processo Administrativo nº 2026/27009/075046

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO, sediada na Avenida Joaquim Guará n.º 2801 – Centro – CEP 77.700-00, Guaraí/TO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.575.370/0001-10, neste ato representada pela Senhora Aldenice Leandro de Sousa Santos Ferreira, Presidente, portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 2026/27009/075046, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 6.606, de 28 de março de 2023, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de expediente diversos, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 90002/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, o fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
	Especificação	Marca/ Modelo	quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
X						

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

4.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de recurso, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



- 4.1.3. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos recursos respectivos.
- 4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:
- 4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



- 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - 6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
 - 6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
 - 6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
 - 6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade



gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 7.4.1. Por razão de interesse público;
 - 7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
 - 8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO.

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº XXX/2026, CELEBRADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO E A EMPRESA XXXXXXXX.

PREÂMBULO:

A ASSOCIAÇÃO DE APOIO DO COLÉGIO ESTADUAL ANTONIO ALENCAR LEÃO, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Guaraí/TO, inscrita no CNPJ sob o nº 01.575.370/0001-10, neste ato representada pela Presidente a senhora Aldenice Leandro de Sousa Santos Ferreira, eleito para o cargo de presidente conforme ata de reunião nº xx realizada no dia xx de xx de xx, portador do CPF nº 344.594.053-34, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) XXXXXXXXXX (empresa) inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, sediado (a) na xxx, em xxx doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) xxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxx expedida pela(o) xxx, e CPF nº xxx, tendo em vista o que consta no Processo nº xxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 90002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato por valor estimado para a contratação de (descrever os serviços a serem contratados) para manutenção da Unidade Escolar Antônio Alencar Leão, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Prazo da Garantia

1.4. Os produtos propostos deverão, obrigatoriamente, atender as exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização de qualidade industrial, em especial ANVISA ou equiparadas, cuja apresentação em desconformidade ensejará em desclassificação e/ou aplicação de sanções administrativas cabíveis.

1.6. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de sua assinatura e encerramento em / / , nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ xxx (escrita do valor por extenso).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



3.3. Por se tratar de contrato de valor estimado, fica a contratada ciente de que só receberá pela quantidade efetivamente executada, não podendo exigir o recebimento, pela contratante, da totalidade estimada na contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas dos recursos do Tesouro Estadual, transferidos pela Secretaria da Educação do Estado do Tocantins, a esta Associação de Apoio à Escola, em conta específica, para o exercício de 2026.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.2. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da apresentação da proposta.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O prazo de entrega dos serviços é de **XXX** dias, contados da assinatura do contrato e deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão, no seguinte endereço Avenida Joaquim Guará n.º 2801 – Centro – Guará/TO.

8.2. O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

8.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de **XX (XXX)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **XX (XX)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.7. A carga e a descarga serão por conta da Contratada, sem ônus de frete para contratante.

8.8. Não serão recebidos os serviços que não estejam de acordo com as especificações deste Termo.



8.9. Os serviços entregues deverão ser rigorosamente aqueles descritos na nota de empenho, sendo que na hipótese de entrega de objeto diverso, o pagamento ficará em sua totalidade suspenso até a respectiva regularização.

8.10. A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal com os serviços discriminados, após a solicitação de fornecimento.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 São obrigações da Contratante:

- 10.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6 Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os produtos;

10.2 A Associação de Apoio do Colégio Estadual Antônio Alencar Leão não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:



1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. O atraso superior a 5 (cinco) dias úteis autoriza a Associação de Apoio à Escola a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133 de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nos termos no art. 90, da Lei nº 14.133/2021.



13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas estaduais e nas normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, o presente instrumento contratual será publicado no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP) em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como, o extrato no Diário Oficial do Estado do Tocantins como condição de sua eficácia.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Comarca de Guaraí/TO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guaraí/TO, xx de xxx de 2026.

Presidente da Associação / Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



**ANEXO V
DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A empresa: **xxxxxxxx**, inscrita no CNPJ:xxxxxxxx, estabelecida na xxxxxx, nº xxxx – bairro xxxxx, cidade/Estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação, no Pregão Eletrônico [SRP nº 90002/2026](#), **vem declarar que:**

1. Nos termos da Lei Complementar nº123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte /Microempreendedor Individual.
2. Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empresa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002.
3. Não está impedido de contratar com a Administração Pública.
4. Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público.
5. Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021.
6. Que inexistem fatos impeditivos a sua Habilitação.
7. Não se encontra sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, e que não está suspensa do Cadastro de Fornecedores em qualquer que seja sua forma de constituição.
8. Conhece o objeto do pregão e os termos constantes no Edital Pregão Eletrônico [SRP nº 90002/2026](#) e seus anexos e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.
9. Não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o 3º (terceiro) grau, de colaboradores contratados na Associação de Apoio à Escola Estadual Antônio Alencar Leão em Guaraí/TO, que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico [SRP nº 90002/2026](#).
10. Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados ao Pregoeiro/Agente de contratação, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias.
11. Declaração de que possui estrutura e equipe adequadas para atender às necessidades do(s) item(ns) previsto(s) no Edital, além de ter um(a) funcionário(a) disponível em Guaraí/TO, para atender as demandas da Associação de Apoio do Estadual Antônio Alencar Leão em Guaraí/TO em 1(uma) hora quando for solicitado.
12. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
13. Comprometo a manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas na licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Guaraí/TO, _____ de _____ de 2026

Responsável pela empresa
CNPJ da empresa

